



RESUMO EXPANDIDO ACADÊMICO

A luta pela terra e pela Educação do Campo na comunidade São Manoel

The Struggle for Land and Field Education in the São Manoel Community

¹XAVIER, Pedro Henrique Gomes ¹; SOUSA, Mayara Soares²

¹Professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Maranhão, pedro.xavier@ufma.br

²Licenciada em Educação do Campo pela UFMA, mayarasoares660@gmail.com

Eixo temático: Educação e Conhecimentos Tradicionais

Resumo

Este estudo analisou a experiência da comunidade São Manoel para compreender como a luta pela terra e pelo extrativismo do babaçu se articulou à construção de espaços educativos alinhados às matrizes formativas da Educação do Campo. Adotou-se abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas a moradores e lideranças locais. Os procedimentos metodológicos incluíram investigação histórica dos conflitos fundiários a luta pela educação e levantamento das estratégias da comunidade para criação da Unidade Integrada José Nogueira e da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele. Entre os resultados, destacam-se a mobilização coletiva pela quebra do coco babaçu como forma de resistência à grilagem de terra e a implementação das escolas que tem na comunidade, que integrou saberes locais e científicos, também a mobilização de associações (COPPALJ, AMTR, AJR, ASSEMA) e da igreja católica na organização da comunidade e a resistir enquanto movimento de luta pela terra diante de episódios de violência, como a demolição de casas e a ocupação de militares de um espaço de ensino. A tríade “terra–babaçu–educação” foi decisiva para a emancipação da comunidade, indicando a necessidade de políticas públicas que reconheçam e reforcem essa interdependência para promover justiça social e desenvolvimento sustentável no campo..

Palavras-chave: Políticas Públicas; Extrativismo; Babaçu; emancipação.

Abstract: This study examined the experience of the São Manoel community to understand how the struggle for land and babaçu extraction was articulated with the creation of educational spaces aligned with the formative matrices of Field Education. A qualitative approach was adopted, including bibliographic review, document analysis, and semi-structured interviews with residents and community leaders. Methodological procedures involved historical investigation of land conflicts and the fight for education, as well as mapping the community’s strategies for establishing the José Nogueira Integrated Unit and the Antônio Fontenele Family Farming School. Key findings include the collective mobilization for babaçu breaking as a form of resistance to land grabbing and the establishment of community-based schools integrating local and scientific knowledge; the organization of associations (COPPALJ, AMTR, AJR, ASSEMA) and the Catholic Church in collective action; and the community’s resilience in response to violence, such as house demolitions and military occupation of a learning space. The “land–babaçu–education” triad proved decisive for the community’s emancipation, indicating the need for public policies that recognize and reinforce this interdependence to promote social justice and sustainable development in rural areas..

Keywords: Public Policy; Extractivism; Babaçu; Emancipation



Introdução

A Educação do Campo constitui-se a partir das lutas dos movimentos sociais contra a lógica neoliberal de ensino, consolidando-se como uma proposta pedagógica que integra saberes locais, práticas culturais e demandas socioeconômicas das populações rurais (Santos, 2020). Diferentemente de modelos de formação centrados exclusivamente na alfabetização, essa perspectiva problematiza a dicotomia entre teoria e prática, propondo um currículo articulado às realidades camponesas e uma pedagogia dialógica que valorize as culturas do campo.

Este artigo investiga a experiência da comunidade São Manoel, situada no município de Lago do Junco – MA, enfocando a interrelação entre a luta pela terra, a economia extrativista do babaçu e a construção de espaços educativos. A trajetória local remonta à ocupação espontânea iniciada em 1926, quando famílias migrantes adotaram o uso comunitário das terras devolutas para cultivo e coleta de babaçu, nome inspirador da região. A promulgação da Lei Sarney de Terras (1969) intensificou a mercantilização das áreas de babaçu e o cerceamento do acesso popular, gerando conflitos agrários que exigiram articulação comunitária e ações coletivas de resistência.

No campo educacional, registros orais e documentos apontam que a reivindicação por ensino organizado precedeu a titulação fundiária: moradores construíram casas de taipa, abrigaram professores itinerantes e improvisaram espaços de aula para garantir alfabetização e formação básica. Entre as décadas de 1970 e 1980, diante da precariedade das políticas públicas—exemplificada pelo Mobral—e da ausência de infraestrutura escolar, associações comunitárias (COPPALJ, AMTR, AJR e ASSEMA) e a igreja católica coordenaram mutirões para erguer instalações provisórias, estabelecendo as bases da Unidade Integrada José Nogueira e da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele.

A partir de entrevistas com lideranças e educadores da região, analisamos: (a) as estratégias de resistência camponesa frente à grilagem de terras e ao enclausuramento dos babaçuais; (b) o processo de mobilização social para criação de espaços escolares adequados; (c) a adoção da pedagogia da alternância como metodologia articuladora de saberes científicos e populares; e (d) o papel das organizações sociais na formulação e implementação de políticas públicas de educação do campo.

Os resultados evidenciam que, em São Manoel, a luta pela terra, pelo babaçu e pela educação configura uma tríade inseparável, em que a escola emerge como espaço político de emancipação e reprodução cultural. A construção coletiva da Unidade Integrada José Nogueira não apenas materializa conquistas arquitetônicas, mas



simboliza a apropriação do direito à formação e à permanência no campo. Ao problematizar as contradições entre a mercantilização do território e a pedagogia libertadora, este estudo contribui para a reflexão sobre políticas educacionais que promovam justiça social e desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais.

Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se por revisão bibliográfica, pesquisa documental e estudo de campo, direcionados à análise da luta pela terra e pela educação do campo na comunidade São Manoel, em Lago do Junco (MA). A revisão bibliográfica envolveu busca sistemática em Google Acadêmico, repositório CNPq, biblioteca virtual da universidade e acervo físico, contemplando artigos, monografias, dissertações, teses e obras clássicas sobre Educação do Campo. A pesquisa documental utilizou fontes escritas (atas de reuniões e regimento interno da associação) e visuais (fotografias de acervos comunitários). O estudo de campo incluiu entrevistas semiestruturadas com quatro lideranças locais, com foco na memória dos processos de luta pela terra e pela educação.

A pesquisa de campo ocorreu na comunidade São Manoel, habitada por cerca de 100 famílias dedicadas à agricultura familiar e ao extrativismo do babaçu, principal fonte de renda local. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram acesso às experiências relacionadas à conquista e uso comunitário da terra e aos babaçuais.

A pesquisa de campo foi fundamentada em Lakatos e Marconi (2003), para os quais esse método fornece dados diretos sobre fenômenos sociais. A pesquisa documental, conforme Gil (2008), apoia-se em fontes primárias escritas e visuais que enriquecem o referencial teórico-histórico. A bibliográfica, segundo Minayo (2001), sistematiza o estado da arte. As entrevistas semiestruturadas combinaram roteiro flexível e liberdade de expressão, permitindo comparar múltiplas narrativas orais. Todos os dados foram analisados dialeticamente, considerando materialidade, totalidade, contradição e práxis, para compreender as mediações entre práticas agroecológicas, educação e construção identitária quilombola.

Resultados e Discussão

A trajetória da comunidade São Manoel, assentamento da Reforma Agrária em Lago do Junco – MA desde 1926, nos mostra a relação entre mobilizações fundiárias e a luta pela educação construídas a partir da luta dos sujeitos da comunidade. Inicialmente ocupada por famílias migrantes atraídas pela abundância de água e da palmeira Babaçu e pela fertilidade das terras devolutas, a comunidade prosperou a partir



da produção agrícola e da coleta de babaçu. Esse cenário de subsistência da comunidade se transformou em 1969, com a promulgação da Lei Sarney de Terras, que consolidou a privatização dos territórios camponeses e incentivou o latifúndio.

A grilagem de terras consiste em uma fraude deliberada, na falsificação de escrituras de terras devolutas do Estado ou mesmo particulares, porém, essa não é uma fraude individualizada e, sim, generalizada, um pacto entre setores da sociedade e o Estado para a legitimação da apropriação, não só das terras, mas, do próprio aparato estatal por uma classe específica: a capitalista (Santos; Tavares; 2016, p. 365).

Diante desse contexto adverso, a resistência de São Manoel ganhou contornos de organização coletiva. As mulheres, historicamente responsáveis pela quebra do coco babaçu, realizaram mutirões para continuar o extrativismo mesmo diante de ameaças e cercamentos ilegais, ressignificando práticas tradicionais como formas de extrativismo. O relato de mobilização contra as cercas erguidas por fazendeiros e de ocupações de áreas de pastagem demonstra que a comunidade não se limitou à defesa do território, mas articulou estratégias diretas de retomada da produção e de preservação dos saberes tradicionais (Silva, 2024).

No contexto de mobilização e resistência, a comunidade de São Manoel e o município de Lago do Junco se beneficiam de importantes organizações sociais que reforçam a luta pelos direitos dos povos do campo. Dentre elas, a COPPALJ (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco) destaca-se por seu papel no comércio e na cadeia produtiva das comunidades por meio da venda e troca de amêndoas de babaçu, fomentando a economia solidária e o extrativismo sustentável. AAMTR (Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais) desempenha um papel crucial na defesa do livre acesso aos pomares de babaçu, na luta por políticas públicas e no empoderamento das mulheres rurais. A AJR (Associação da Juventude Rural), embora atualmente inativa, muito contribuiu para a formação da juventude rural, engajando-se na comercialização de subprodutos e biojoias e na organização de eventos e oficinas de formação. Além dessas iniciativas, é fundamental destacar o trabalho da ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão), cuja presença tem sido fundamental desde os passos iniciais na organização das áreas de assentamento e no fortalecimento da Educação do Campo.

Na luta pela educação, o protagonismo dos sujeitos se manifestou antes mesmo do reconhecimento oficial da terra. Em resposta à total ausência de políticas públicas de educação, moradores improvisaram uma casa de taipa e palha para acolher professores, contratados por iniciativa familiar. Conforme Dôra (entrevistada), “a luta pela educação veio até antes da luta pela terra... os pais arrumavam o professor e criavam um lugar de aula em suas próprias casas”. Essa experiência antecipou os



princípios defendidos por Arroyo (2007, p. 165), segundo os quais a escola do campo deve emergir das vivências locais e dialogar com conhecimentos universais sem se subordinar a modelos urbanocêntricos.

As políticas compensatórias, como o Mobral, evidenciaram a precariedade das iniciativas do estado em relação à alfabetização dos sujeitos do campo. Dados do INEP (2006) apontam que apenas 9% dos docentes de 1ª a 4ª série no campo possuíam formação superior, contra 38% na zona urbana (Brasil, 2006, p. 11). Em São Manoel, a rotatividade de professores e a falta de qualificação resultaram em um processo de ensino inadequado, reforçando desigualdades simbólicas e estruturais que se estenderam pelas décadas de 1970 e 1980. Raimundo Ermínio (entrevistado) lembra que, para muitos, concluir a antiga 5ª série equivalia simbolicamente a alcançar o status de “doutor”, evidenciando a hierarquia social de prestígio entre urbano e rural.

A Criação da Unidade Integrada José Nogueira, em 1993, representou a materialização dessas articulações que resultou em mutirões para construção de salas de aula e da negociação com o poder público municipal, a escola nasceu como prédio próprio, ampliado em 1995, e posteriormente reconhecido oficialmente pelo conselho municipal de educação. José Nogueira, hospedava professores em sua residência, simbolizando a luta da comunidade.

A análise das entrevistas e dos documentos nos mostram que a pedagogia da alternância em São Manoel tornou-se estratégia de resistência que valoriza o chão camponês e rompe com a urbanocentricidade do currículo. Ao articular momentos de vivência comunitária como cultivo e colheita com atividades escolares, a metodologia consolidou uma educação emancipatória, conforme defendido por Costa (2016, p. 801). A alternância não apenas atendeu à demanda por permanência em casa, mas também fortaleceu o protagonismo dos estudantes na reprodução dos saberes ancestrais.

Entretanto, a luta da comunidade também enfrentou episódios de violência extrema, como em 6 de agosto de 1986, onde o uso de força policial para demolir 21 casas e ocupar a “escola João de Barro” como quartel militar buscou subjugar o espaço educativo da comunidade. A preservação daquela escola, única construção poupada, assume significado simbólico em que a tentativa de destruir não apenas a moradia, mas o próprio direito à educação (Silva, 2024, p. 105). O apoio da diocese regional de Bacabal e a mobilização de comunidades vizinhas reforçaram que a educação, mesmo sob ameaça, continuou a alimentar a esperança de justiça social e liberdade.

O conflito agrário, por meio de compra de terras pelo ITERMA, não encerrou a práxis de luta, conforme Silva (2024), a comunidade manteve intensa mobilização por melhores condições de vida e reconheceu que a consolidação da reforma agrária exige também a institucionalização de uma educação de qualidade. Em 2004, a Unidade



Integrada José Nogueira ampliou seu atendimento às séries finais do ensino fundamental, mas permaneceu dependente de professores contratados e de infraestrutura insuficiente.

Hoje, São Manoel conta com duas instituições educativas sendo a Unidade Integrada José Nogueira e a Escola Família Agrícola Antônio Fontenele, que ofertam desde a Educação Infantil até o nono ano do Ensino Fundamental, com uma pedagogia que valoriza a cultura camponesa e práticas sustentáveis.

Nesse sentido, a luta pela terra, pelo babaçu e pela educação em São Manoel configura um processo dialético em que a escola não é apenas espaço de reprodução do conhecimento, mas um espaço política de resistência e reconstrução. A experiência aponta para a necessidade de políticas públicas, que reconheçam a tríade “terra–babaçu–educação” como lugar de desenvolvimento sustentável e de justiça social nas regiões camponesas. A discussão reforça ainda que a Educação do Campo, para ser efetiva, deve surgir das lutas dos movimentos sociais e trazer suas práticas pedagógicas que valorizem saberes populares, promovendo a emancipação dos sujeitos camponeses.

Conclusões

O estudo da comunidade São Manoel demonstra que as conquistas da educação e a luta pela terra resultaram de uma longa e conjunta mobilização pelo acesso à terra e ao babaçu que se entrelaçou com a construção de uma escola contextualizada. A iniciativa comunitária de erguer espaços de ensino antes mesmo de contar com suporte do poder público revela como a educação foi desde o início encarada como parte indissociável da luta por condições de vida dignas. A criação e ampliação da Unidade Integrada José Nogueira, seguida pela implementação da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele, expressam a capacidade da comunidade de organização e mobilização, valorizando saberes locais e avançando em políticas públicas que são primordiais para a comunidade.

Além disso, as organizações sociais locais e a articulação com entidades como a ASSEMA e a igreja católica fortaleceram redes de solidariedade e possibilitaram a negociação de políticas que reconhecem a especificidade da Educação do Campo. Mesmo diante de episódios de violência e ameaças à existência física e educativa da comunidade, assim como a demolição de residências e a ocupação de militares em espaços de aprendizagem, São Manoel manteve a educação como um processo de resistência e esperança. Nesse sentido, a experiência aqui analisada nos mostra que políticas de educação que dialogam com os contextos do campesinato demandam



reconhecimento da tríade “terra–babaçu–educação”, combinando titulação fundiária, apoio ao extrativismo sustentável e metodologias pedagógicas alinhadas à realidade camponesa, de modo a promover desenvolvimento sustentável e justiça social.

Referências bibliográficas

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A Educação no Brasil Rural**. Brasília: INEP, 2006.

COSTA, Maria Lemos da. Saberes Docentes dos Professores do Campo: Elementos de Mobilizações e Articulações da cultura Campesina. In: CARVALHO, Maria Vilane Cosme de; CARVALHÉDO, Josania Lima Portela(org.). **Caminhos da Pós Graduação em Educação no Nordeste do Brasil**. Terezina-PI. Editora Universidade Federal do PiauíN- EDUFPI p 801.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/at_download/file. Acesso em: 28 nov. 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANTOS, Frednan Bezerra dos; TAVARES, João Claudino. **Questão agrária e violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321146417023.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SILVA, André Luiz Batista da. **A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistência a partir do movimento nacional da educação do campo**. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e112>. Acesso em: 01 abr. 2024.